

O desejo
homem-
mulher,
por
Melany
Copit.



Ressurge uma
ditadura médica
na saúde mental

“Diabo
no
corpo”

é visto
por
Lazslo
Ávila



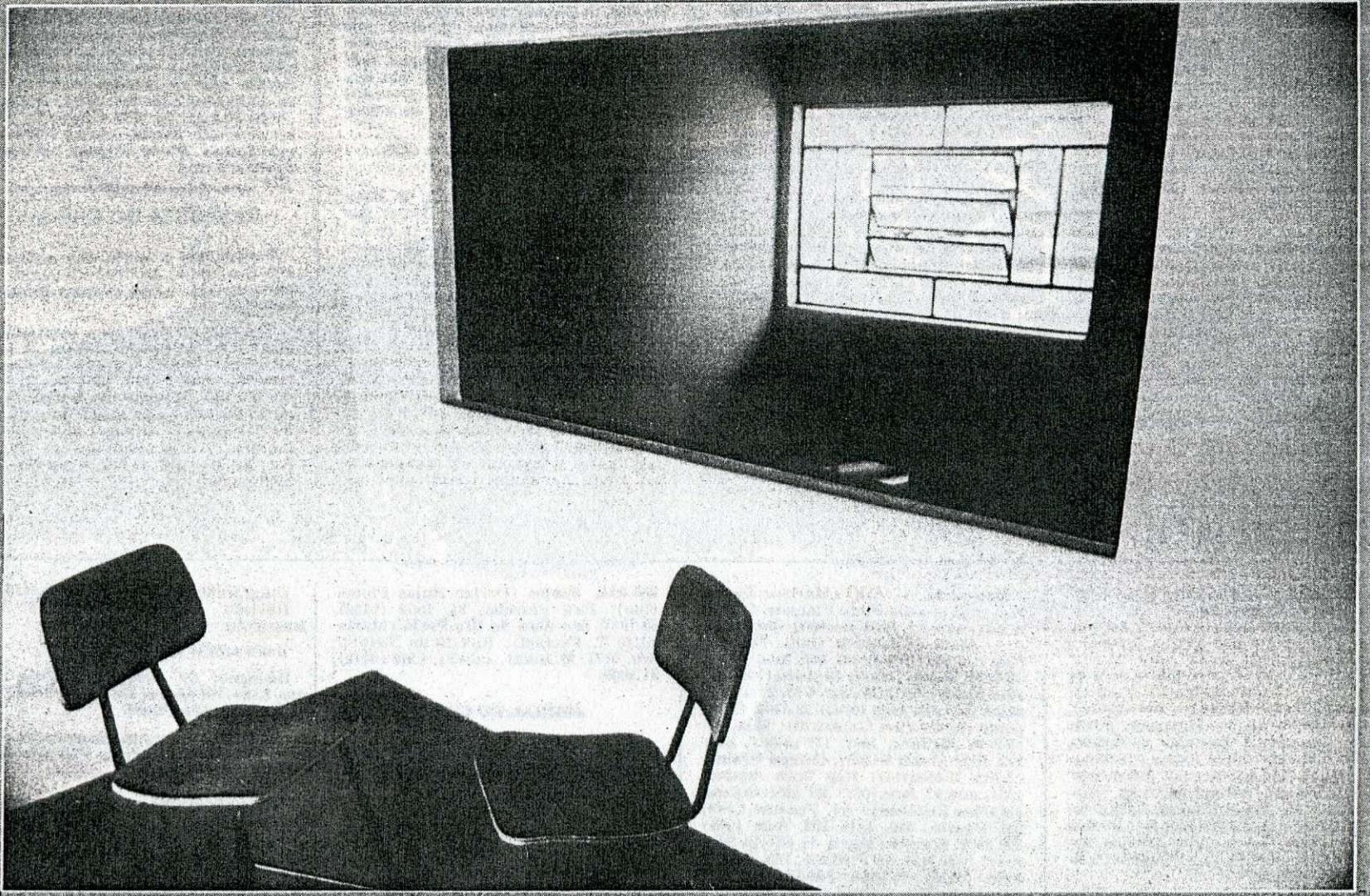
JORNAL CRP-06

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA • 6ª Região • Ano 7 • nº 52 • Janeiro-Fevereiro 88.

UMA CONTROVÉRSIA SOBRE SUPERVISÃO COM SALA DE ESPELHO

Entrevistas com Rachel Kerbauy e com Fábio Herrmann.

Neide Sierra



Da angústia cotidiana à insegurança nacional.

Durante todo o mês de outubro último, vimos nos meios de comunicação de massa a divulgação de um acidente nuclear sem precedentes no País: o do césio 137, ocorrido em Goiânia no dia 23 de setembro. O desastre insólito, a gravidade e a alarmante proporção de suas consequências provocaram na população uma reação unânime de medo e de indignação.

Na tentativa de atenuar as repercussões e informar sobre os últimos acontecimentos, os programas jornalísticos apresentaram também pronunciamentos de vários especialistas que abordaram aspectos específicos do problema. Dentre estes, houve psicólogos que se manifestaram através de explicações sobre o pânico constatado, sobretudo, nas imediações do local do acidente radioativo.

Pânico em relação a quê? Em relação à falta de segurança que um episódio desse tipo evidencia de forma indiscutível. Ainda que seja possível identificar as causas do acidente como sendo falhas na vigilância da energia nuclear, e ainda que seja possível, e sobretudo, evidenciar a irresponsabilidade dos médicos proprietários do Instituto Goiano de Radioterapia, que abandonaram um aparelho ao acaso, não conseguimos mais ter certeza de que novos acidentes não ocorrerão.

O total descontrole sobre as ameaças ou formas iminentes de contaminação coloca-nos frente a um estado de desamparo e, assim, sentimos escapar das mãos as possibilidades de garantia de vida.

UM ESTADO DE INSEGURANÇA NACIONAL apoiado em razões bem concretas e que não pode ser atribuído à fantasia. UM ESTADO DE INSEGURANÇA NACIONAL que atravessa praticamente todas as instâncias da vida pessoal e social. Um desgoverno das ações de saúde, de educação, da participação político-partidária, da Constituição, do trabalho, da inflação, da dívida externa, do terrorismo de direita, para mencionar apenas algumas. Fantasia? Realidade.

Nesta cena apocalíptica não é raro acontecerem saídas individuais, como sintoma da dispersão originada no pânico. Um exemplo claro é a disseminação da "transfusão autóloga" praticada por pacientes de uma eventual cirurgia, que coletam sangue para reutilizá-lo sem riscos de contrair doenças infecto-contagiosas. Num outro âmbito, observa-se a dificuldade cada vez maior de se encontrarem pessoas e grupos que persistam em movimentos sociais e políticos.

Indo além, e, para falar de um campo diretamente ligado à ação do psicólogo, já não é somente o césio que assusta, mas a completa displicência demonstrada pelas instituições e autoridades no que diz respeito à saúde. Ai, o psicólogo, de um lado, insere-se no contexto enquanto cidadão comum que está igualmente à mercê da sorte. De outro lado, a natureza do seu trabalho e sua posição profissional, atuando como acontece nos órgãos públicos, o faz enfrentar os reflexos diretos das políticas dessa área.

Enquanto cidadãos e enquanto profissionais, os psicólogos que no serviço público têm sua atividade dominante, vivem duplamente, no seu dia-a-dia, os efeitos da "radiação" dos programas de saúde. Adoecem? E, por várias razões, convivem com o pânico da precariedade de controle sobre o próprio trabalho, sobre sua produção. A começar pela remuneração que recebem, o que, em última instância, traduz o lugar de "atenção primária" que este tipo de trabalho recebe dos órgãos oficiais na economia do País.

Um levantamento feito pelo CRP-06, através da Comissão de Orientação e Fiscalização, junto aos psicólogos que atuam nos postos e centros de saúde da rede pública estadual e municipal da 6ª Região, revelou que a faixa salarial/hora situa-se entre Cz\$ 30,00 e Cz\$ 50,00. Considerando-se a carga horária predominante entre trinta e quarenta horas, conclui-se que esta remuneração não atinge sequer o piso salarial proposto pelo Sindicato da categoria. Além disso, constatou-se que o número de psicólogos alocados por unidade de atendimento não corresponde à demanda por esse serviço. E, ainda, para agravar a precariedade não existe supervisão na esfera municipal; e na esfera estadual as supervisões são de caráter quase que exclusivamente administrativo.

Estão lançadas as bases para a ANGSTIA COTIDIANA...E, ao que parece, com POUCOS RECURSOS DE DEFESA CONTRA ELA...

Se para alguns cidadãos a saída individual surge como alternativa de escape, para os psicólogos qualquer encaminhamento de mudança dessas condições passa necessariamente pela ação coletiva. Como categoria fica sugerida a necessidade de articulação no sentido: a) de lutar pelo valor social de nosso trabalho; b) de pressionar os órgãos e autoridades competentes para a ampliação dos serviços de saúde mental; c) de exigir remuneração condigna que permita tanto sobreviver quanto investir no aperfeiçoamento profissional.

FELIZ 1988!



Curtas

Como e quando pagar a anuidade de 88?

Atenção, colega! Não se aborreça com correrias de última hora. Se você não receber no seu endereço as guias de recolhimento da anuidade de 1988 até o dia 30 de janeiro próximo, venha procurar o CRP-06 imediatamente!

Não deixe que, em alguns casos, as possíveis falhas de correspondência façam você perder este prazo. As multas decorrentes do atraso é um prejuízo que pode ser evitado.

Possivelmente, haverá modificação nas formas de pagamento da anuidade de 88, conforme anunciadas por esta seção na edição nº 51, uma vez que o C.F.P. fez restrições às decisões tomadas pela Assembléia Geral Ordinária, de 21 de setembro de 1987. Como o CRP-06 e o CFP estão em negociação, a decisão vai ser comunicada aos psicólogos desta Região através de uma carta que seguirá anexo às guias de recolhimento.

Greve na Febem

Os funcionários da Febem deflagram uma greve geral durante os dias 13 e 14 de novembro para reivindicar: reposição salarial de 56%; direito a anuênio, abono de férias, regime especial de trabalho com aplicação de adicional de periculosidade de 30% e pagamento dos resíduos salariais dos últimos dois meses.

Embora tenha sido pouco divulgada pela imprensa, a paralisação teve proporções significativas, atingindo cerca de 70% do pessoal alocado em todos os "complexos" da Febem, incluindo o interior do Estado de São Paulo. O movimento conseguiu obter respostas parciais às suas reivindicações. Em audiência de conciliação, os grevistas aceitaram a contraproposta da Presidência da Instituição.

Descredenciamento dos psicotécnicos

O Diretor Geral do Detran de Mato Grosso baixou a Portaria nº 101/87, publicada no Diário Oficial de 16 de setembro de 1987, descredenciando todos os Institutos Psicotécnicos do Estado. Uma determinação assim taxativa parece ser muito estranha, principalmente porque não houve sequer uma explicação plausível para tal medida.

O Dr. Manoel Vicente de Oliveira, Diretor Geral do Detran-MT, alegou que o descredenciamento é necessário para reorganizar e disciplinar as atividades dos Institutos. Na opinião dele, o órgão adotará critérios rígidos baseados em disposições legais, éticas e profissionais, para aprovação de revalidação dos credenciamentos. Resta saber co-

mo acontecerá, na prática, a vistoria de acordo com os prometidos critérios, considerando-se que o Serviço Psicotécnico do Detran-MT conta com um único psicólogo contratado.

Arquivamento

Os psicólogos abaixo relacionados estão impedidos de exercer a profissão na jurisdição do CRP-06. Os seus pedidos de transferência, inscrições principais ou secundárias foram arquivados por não terem apresentado toda a documentação exigida.

Transferências: Roseli Boms, Jairo Junqueira da S. Filho, Afonso Henrique L. da Fonseca, Elizabeth Vianna dos Santos, Joyce Cerginer, Bibiana Marie Anna Rys, Célia Ferreira Fortes, Eliete M. Simionato Tondato, Mirtes Rodrigues Lacerda, Fernanda Lima Salvador.

Inscrições principais: Rosali Alves, Sandra Monteiro Higaki, Sonia R.G. Pinto Marino.

Inscrições secundárias: Irene de Fátima de Jesus Mota, Maria Dina Santos Oliveira, Marta Luiza dos Santos Moreira, Soely Zulmira K. de Freitas, Magda Mara Alves Carielo.



Os Leitores Escrevem

Após ler o **Jornal CRP-06** nº 51, ficamos indignadas com a postura tomada por esse Conselho no artigo intitulado "Demissões Recorrentes na FEC".

Reconhecemos que é fundamental o CRP-06 preocupar-se com a formação do profissional em Psicologia, mas ao fazer suas críticas à FEC do ABC cometeu um gravíssimo engano. Esse Órgão talvez não tenha informações sobre a qualidade e o profissionalismo que caracterizam o Curso de Pós-Graduação "Latu Senso" em Psicologia Hospitalar da mencionada Faculdade, e nem sobre os profissionais que nele estão envolvidos.

E por isso que consideramos importante o CRP-06 rever sua postura em relação à questão levantada; mesmo que para tanto seja necessário entrar em contato com os coordenadores da Pós ou então com o Diretor dessa entidade.

Ana Fedato, Carmen Carpinelli, Fatima Andrade, Márcia Adabo, Maria Denise Longo, Maria Regina Azevedo e Roseli Pieroni.

RESPOSTA DO CRP-06

Publicamos a carta das alunas do Pós-Graduação da FEC e revemos, como sugerido, nossa postura frente ao assunto.

Não negamos que bons profissionais possam se formar em cursos de especialização, também, graças a bons professores. Não é isto, porém, que está em questão. Retomamos a nossa indagação inicial: quais ideais norteiam a FEC enquanto instituição de ensino? E, também, não conseguimos compreender: por que alunos falam em nome da instituição?

EXPEDIENTE

Conselho Regional de Psicologia - 6ª Região

Conselheiros: Aicil Franco, Antonio Carlos Simonian dos Santos, Benedito Adalberto Boletta de Oliveira, Bronia Liebesny, Carlos Afonso Marcondes de Medeiros, Carlos Rodrigues Ladeira, Cenise Monte Vicente (licenciada), Dayse Cesar Franco Bernardi, Frida Zolty, Maralúcia Arenque Ambrósio, Maria Benedita Lima Pardo (licenciada), Maria Luiza Scrosoppi Persicano, Maria Rosejane Pereira Oliveira, Marlene Guirado, Nanci Bühner, Oscar Armani Filho, Regina Heloisa de Oliveira Maciel, Rosa Maria Lopes Affonso, Sonia Regina Jubelini, Sueli Duarte Pacífico, Yara Sayão.

Sede - São Paulo: Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.084 - 10º andar - fone (011) 212.8111.

Delegacias - ABC (Marlene Bueno Zola): Rua Luis Pinto Flaquer, 519, 6º andar, sala 61, fone 444.4000. **Santo André.** Assis (Elizabeth Gelli Yaslle): Rua Angelo Bertoni, 545, fone (0183) 22.8224. **Bauru** (Marly Bighetti Godoy): Rua Batista de Carvalho, 4-33, 2º andar, salas 205/206, fone (0142) 22.3384. **Campinas** (Hélio José Guillard): Rua Barão de Jaguara, 1481, 17º andar, sala 172, fone (0192) 32.5397. **Campo Grande** (Irma Maccario): Rua Dom Aquino, 1354, sala 97, fone (067) 382.4801. **Culabá** (Marisa Raduenz): Av. Tenente Coronel Duarte, 549, sala 302, fone (065) 322.6902. **Lorena** (Maria da Glória Soares): Rua N.S. da Piedade, 185, sala 9, fone (0125) 52.1644. **Ribeirão Preto** (Vladimir Marchetto Leite): Rua Cerqueira César, 481, 3º andar, fone (016)

636.9021. **Santos** (Dorian Rojas Finocchio): Rua Paraíba, 84, fone (0132) 39.1987. **São José do Rio Preto** (Maria Alice T. Fachini): Rua 15 de Novembro, 3171, 9º andar, sala 91, fone (0172) 21.2885.

JORNAL DO CRP-06

Jornal do CRP-06 é o órgão de orientação do exercício profissional publicado bimestralmente pelo Conselho Regional de Psicologia - 6ª Região.

Comissão de Divulgação e Contato: Maralúcia Arenque Ambrósio, Marlene Guirado, Sueli Duarte Pacífico.

Assessor da Comissão de D. e C.: Roberto Yutaka Sagawa

Jornalista responsável: Sueli A. Zola (MTb 14.824)

Diagramação: Ribamar de Castro
Revisão: Maria Aparecida F. M. Bussolotti

Ilustrações: Rui Montenegro

Redação: Av. Brigadeiro Faria Lima, 1.084, 10º andar, fone (011) 212.8111, CEP 01452, São Paulo.

Composição, fotolito e impressão: Jo-rués Companhia Editora, fone 815.4999. Tiragem: 27.000 exemplares.

As colaborações enviadas ao **Jornal do CRP-06** poderão ser publicadas integral ou parcialmente. Em ambos os casos, a fonte de informações será referida conforme os originais enviados, os quais poderão sofrer ou não adaptações consideradas necessárias, de acordo com critérios editoriais.

A DITADURA MÉDICA

Os Conselhos Regionais dos profissionais que trabalham com saúde mental no Estado de São Paulo, identificaram, durante o ano de 87, uma progressiva mudança nos modelos de assistência psiquiátrica de várias instituições públicas. De modo geral, essas alterações indicam um retrocesso na qualidade de atendimento, na medida em que ressuscitam métodos tradicionais de tratamento baseados em recursos tais como medicação excessiva para conter o paciente. O fato mais preocupante na modificação é que essa orientação retrógrada tem sido implantada justamente nos hospitais em que se encaminhava uma política de humanização do atendimento, onde equipes técnico-assistenciais buscavam promover a reestruturação do indivíduo doente e sua reintegração social.

Um quadro assim caracterizado demonstra claramente que está se definindo uma nova política de saúde mental pela Secretaria de Estado da Saúde. A partir dessa constatação, os Conselhos Regionais: COREN — Conselho Regional dos Enfermeiros; CRAS — Conselho Regional dos Assistentes Sociais; CRP-06 — Conselho Regional dos Psicólogos; CREFITO — Conselho Regional de Fisioterapeutas e Terapeutas Ocupacionais; além de entidades como: Sindicato dos Psicólogos; Sindicato dos Assistentes Sociais; Sindicato dos Fisioterapeutas e Terapeutas Ocupacionais; Sindicato dos Enfermeiros; Plenário de Trabalhadores de Saúde Mental e ABEN — Associação Brasileira de Enfermagem — Seção São Paulo, reuniram-se para lutar contra a política atual adotada em mais uma instituição: O Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. As entidades enviaram um documento conjunto ao Presidente do Conselho Diretor do Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas, Prof. Dr. José Roberto Albuquerque Fortes, solicitando audiência para discutir as reformulações introduzidas no programa de atendimento aos pacientes internados.

O modelo de assistência do Instituto de Psiquiatria do HC foi oficialmente alterado no dia 05 de outubro último, quando o Conselho Diretor determinou normas de funcionamento que tiram a autonomia de trabalho dos assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, enfermeiros e psicólogos, impedindo-os de oferecerem atendimento individual ou grupal na linha em que vinham desenvolvendo junto aos pacientes internados nas enfermarias. Os serviços dessa equipe "não-médica" ficaram subordinados às requisições dos médicos psiquiatras.

Para se entender o contexto em que surgem tais medidas restritivas contra os profissionais "não-médicos" no Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas, é preciso fazer uma retomada histórica e verificar como e quando se iniciou o atendimento terapêutico que hoje está sendo proibido. Em 1981, desenrolou-se um movimento de democratização na Instituição que implicou a eleição direta do Prof. Guilherme Rodrigues da Silva para a Superintendência do Hospital.



Em paralelo, desenvolvia-se, também no âmbito do Instituto de Psiquiatria, um momento de discussão em que se avaliava o atendimento psiquiátrico realizado nas enfermarias e o papel que cada categoria profissional desempenhava nesse trabalho.

UM SISTEMA MANICOMIAL

Nessa época, estava ainda instalado no Instituto de Psiquiatria o sistema manicomial. Os pacientes viviam num estado de completo abandono, sem direito às roupas, armários, cigarros e até água (a caneca d'água era coletiva). Ao lado dessa falta de individualidade, havia o isolamento: as salas eram trancadas por fora e as janelas fechadas por telas "protetoras". A comunicação com o mundo exterior inexistia, pois as cartas dos pacientes eram censuradas e as visitas restritas a duas pessoas, uma vez por semana. Em suma, a enfermaria se assemelhava a um cárcere.

Nessas circunstâncias, era comum acontecerem espécies de motins entre os internados, que só podiam ser abrandados pela contenção física. Os profissionais que atuavam no local eram os enfermeiros e atendentes. Então, efetivamente não existia a utilização de nenhum método terapêutico que se direcionasse à recuperação, pelo contrário, dia a dia se confirmava a institucionalização do paciente e o processo de cronificação da doença, através de sucessivas reinternações.

Diante da péssima situação vivida pelos pacientes internados, os assistentes sociais, terapeutas ocupacionais e enfermeiros decidiram atuar dentro das enfermarias, à re-

velia das ordens estabelecidas pelas Diretorias dos Serviços de cada categoria profissional. As primeiras propostas encaminhadas pela equipe multiprofissional tinham como objetivo central criar possibilidades de: convivência dos profissionais com os pacientes, convivência entre os pacientes e o rompimento da distância colocada aos familiares.

Com essa perspectiva, os profissionais começaram por reivindicar os direitos básicos dos pacientes (roupas, higiene...). A idéia era iniciar pela mudança daquele ambiente absolutamente sombrio, que não fornecia o mínimo espaço para socialização. No decorrer dessa luta pela melhoria das condições de vivência na enfermaria, foi ficando cada vez mais claro que, para transformar tal realidade, seria necessário empreender uma reestruturação também a nível político. Desse modo, mobilizando-se nos dois sentidos (técnico e político), os profissionais conseguiram eleger uma nova Diretoria Executiva no Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas, no primeiro semestre de 1983.

A HUMANIZAÇÃO DO ATENDIMENTO

O Diretor eleito concordava com as propostas de atendimento defendidas pelos profissionais. Então, a partir desse período, a atuação da equipe "não-médica" desenfreadou-se e surgiram as conquistas. O espaço das enfermarias foi modificado: colocaram-se armários individuais com chaves para cada paciente, uso de roupas próprias e objetos pessoais, liberação das correspondências, acesso aos telefones, utilização de garfos para co-

mer, autorização para recebimento de pelo menos três visitas semanais, sem o controle do número de visitantes; enfim, obteve-se um tratamento mais humano aos pacientes.

Nos anos posteriores, o programa de trabalho solidificou-se mais, quando cada categoria profissional, envolvida no atendimento aos pacientes internados, conseguiu escolher livremente a Diretoria do seu Serviço: em abril de 1984, foi eleita a Diretoria do Serviço Social; em novembro de 1984, a Diretoria do Serviço de Enfermagem e, em março de 1985, a Diretoria do Serviço de Terapia Ocupacional. O Serviço de Psicologia não elegeu sua Diretoria, pois nesse período os profissionais de Psicologia ainda não participavam do trabalho desenvolvido nas enfermarias. Foi no ano de 1986 que os psicólogos entraram nessa equipe multiprofissional.

Enquanto cresciam as vitórias ao nível da estrutura política, simultaneamente aperfeiçoava-se também o tratamento terapêutico oferecido pelos profissionais. Os resultados dos trabalhos realizados eram apresentados pelos próprios pacientes que, convivendo num espaço grupal, reaprendiam a capacidade de expressão, participação, percepção de si mesmo e dos outros; enfim, tentavam elaborar um projeto de vida.

O RETROCESSO POLÍTICO

A partir de 1986, o contexto político no Hospital das Clínicas começou a mudar. Houve um retrocesso no processo de democratização e participação, que tornou impossível a eleição direta da nova Superintendência da Instituição. Com essa conjuntura, ficou mais difícil sustentar politicamente o trabalho desenvolvido dentro das enfermarias. Apesar das condições desfavoráveis, a atuação dos profissionais se manteve até o início de outubro de 87, quando as recentes normas impediram as atividades de atendimento da equipe multiprofissional.

A melhor maneira de se julgar as consequências dessa decisão tomada no Instituto de Psiquiatria do Hospital das Clínicas é ouvir a voz dos principais atingidos: os pacientes internados nas enfermarias. Eles fizeram um abaixo-assinado acompanhado de uma carta, onde expõem suas necessidades, reivindicações e ainda avaliam as medidas determinadas pelo Conselho Diretor do Instituto de Psiquiatria. Publicamos alguns trechos significativos: (...) "Queremos reintegração, espaço, ocupação consciente e participação nos processos terapêuticos de forma a saber as etapas a serem vencidas; uma convivência que se aproxime do real, do normal (...) Precisamos sim, a cada dia, descobrir quem somos e o que podemos (...) É de fundamental importância para atingirmos esta meta a autonomia dos trabalhos da terapia ocupacional, assistência social e psicológica, de forma a obtermos um atendimento coerente, de bom nível, que nos foi dado e tem sido mutilado em vista de problemas que nos parecem até então burocráticos e autoritários demais (...) Necessitamos de um trabalho mais humano e eficaz para tentarmos nossa recuperação."

Os dois lados

Uma controvérsia sobre a supervisão com sala de espelho

Rachel Rodrigues Kerbauy, professora e supervisora no Depto. de Psicologia Experimental do Instituto de Psicologia da USP, utiliza a sala de espelho em suas supervisões e propõe que seu uso seja estendido também aos terapeutas já formados, pois melhoraria muito a qualidade do atendimento psicoterápico.

“Como vê o uso da sala de espelho na formação de terapeutas?”

Rachel R. Kerbauy — Em termos de ensino, ela permite que os alunos vejam tudo em uma sessão terapêutica, sem se envolverem com a situação. Lá, o aluno não fica só olhando do outro lado do espelho, mas tem uma tarefa para a qual se prepara: observar a atuação do aluno-terapeuta e a relação terapeuta-cliente. Portanto, há condições de se fazer depois uma crítica maior ou uma análise mais distanciada do desempenho terapêutico.

Em geral, trabalho aqui no Instituto de Psicologia com quatro ou cinco alunos para atender um caso: se dois estão na sala com o cliente, os outros dois ou três atrás do espelho. Na primeira sessão, um aluno nunca atua sozinho; nesse caso, atendo sozinha como psicóloga e supervisora, ou atendo junto com os alunos terapeutas. Eu os apresento e digo ao cliente: “Essas duas pessoas vão trabalhar aqui com você. A equipe tem mais componentes e o seu caso vai ser discutido por cinco ou seis pessoas”. Muitas vezes, aviso o cliente de que tem gente observando no outro lado do espelho. O cliente fica sabendo que está sendo atendido numa situação de ensino e que como psicóloga sou responsável por este atendimento, garantindo-lhe o sigilo e a preservação de sua privacidade.

“Por que a sala de espelho não introduz, em sua opinião, qualquer diferença entre uma situação de terapia dentro e outra fora do ensino?”

Rachel — A sala de espelho é um recurso que se usa assim como o diapositivo, o retroprojektor etc. Não temos no Instituto de Psicologia um bom sistema de som, mas seria ideal trabalhar na supervisão com um *head-phone*. Durante a sessão, o supervisor poderia passar uma mensagem através do *head-phone* para o aluno-terapeuta adotar tal procedimento naquele instante. É um recurso de ensino que deveria ser usado por todo mundo. Garanto para você que as terapias melhorariam muito. É importante para um terapeuta ter um *feed-back* do trabalho dele não só do cliente, o que é muito gratificante e reforçador pela relação em si mesma, mas também de outros colegas terapeutas. Acho que seria ideal se os terapeutas pudessem ter uma sala de espelho ou um sistema de *video-tape* em seus consultórios. O espelho unidirecional é um recurso economicamente barato; o ideal seria um *video*.

Em outros países, constatei o uso de *video-tape* para fazer supervisão. Antes de a sessão ser gravada, o cliente assina um documento declarando que concorda com esse procedimento. E não é nenhum desrespeito pelo cliente. Ao contrário, é até um respeito porque ele está tendo um serviço de atendimento de melhor qualidade, com um profissional competente que está ajudando um iniciante a trabalhar da me-

lhor forma possível, recorrendo também ao uso do vídeo.

Quando estudei na França, René Zazzo tinha no laboratório dele um circuito interno de televisão. Naquela época, não havia ainda o *video-tape*. Aplicavam-se os testes numa sala e, na outra contígua, quem quisesse poderia assistir tudo pela televisão que transmitia simultaneamente o que ocorria. Zazzo tinha outra abordagem teórica que é diferente da adotada por mim, a Modificação de Comportamento, e também usou o recurso de televisão. Eu acho que não existe relação do uso destes recursos com a linha teórica, embora alguns possam até pensar que exista.

“Nas faculdades, discute-se muito a interferência da sala de espelho na subjetividade tanto do aluno-terapeuta quanto do cliente, pois ambos sabem que estão numa situação diferente da que se não houvesse observadores.”

Rachel — Eu não acho que é diferente. A relação é a mesma, igual a de um consultório particular. Para o cliente, aquele aluno que está atendendo é o terapeuta dele, só que este tem supervisão. Os outros terapeutas já formados também têm supervisão e nem contam para os clientes.

Existem dados de pesquisa demonstrando que, mesmo o cliente sabendo da existência de observadores atrás do espelho, ele esquece que está sendo observado. O cliente é controlado numa situação dessas pelos problemas dele e não por quem está por ali observando. Quando algo está realmente afligindo o cliente, então manifesta raiva, fica mudo etc. Ele não está preocupado com quem está atrás do espelho.

Os imprevistos e as decisões terapêuticas

“De que maneira o uso da sala de espelho contribui de fato para melhorar a formação do terapeuta?”

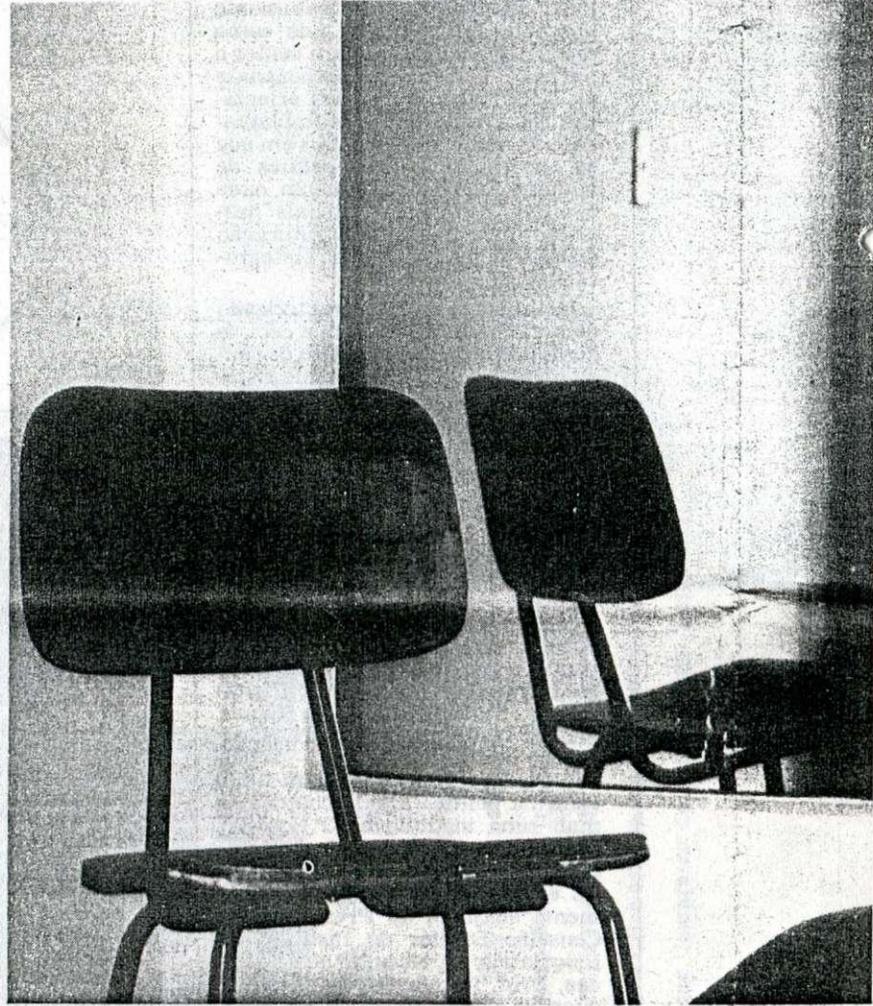
Rachel — Considero fundamental estabelecer uma diferença entre: 1) analisar o que o terapeuta faz; 2) o que o terapeuta diz que faz. São duas coisas completamente diferentes. Não se trata de contar e relatar o que o terapeuta diz que faz, mas analisar o que está acontecendo nas sessões.

Vou dar um exemplo para esclarecer melhor. Por mais que o supervisor combine estratégias com os alunos, acontecem imprevistos nas sessões completamente fora do que foi planejado, apesar de estudarmos de antemão as várias opções possíveis. Felizmente, é assim porque não somos onipotentes. Por outro lado, mostra também que, se não estivéssemos preparados, possivelmente não lidaríamos tão bem com os imprevistos. Se essas sessões fossem gravadas ou tivessem mais pessoas observando-as, seria possível discutir as alternativas de escolhas de decisões terapêuticas. Por que o terapeuta decidiu responder a tal parte da frase e não outra? Quem muda o discurso: o terapeuta ou o cliente?

“Há um trocadilho muito veiculado sobre o super-olho do supervisor. Qual é a sua opinião?”

Rachel — Quando usamos justificadamente a sala de espelho, estamos

A sala de espelho é um recurso muito utilizado por supervisores na supervisão, não se trata apenas de um recurso econômico de um maior número de alunos por caso atendido. A justificativa é a aprendizagem do atendimento psicoterápico. Como nem todos os supervisores surgem posições que questionam a validade desse tipo de procedimento, apresentaram opiniões bem diferentes. Rachel R. Kerbauy, professora e supervisora no Instituto de Psicologia da USP, membro efetivo da Sociedade Brasileira de Psicologia.



acrescentando algo ao trabalho terapêutico. Isto posto, não se aplica e nem tem sequer esse super do supervisor. O supervisor é alguém que conhecidamente deve ter maior competência teórica e clínica. Caso não se parta deste pressuposto, supõe-se que a pessoa já nasceu um terapeuta e, portanto, ao atender o primeiro cliente será um terapeuta maravilhoso. Se for assim, e a terapia não puder ser ensinada como técnica, temos que fechar as faculdades de Psicologia. Aliás, várias delas deveriam ser fechadas porque estão ensinando nada.

No meu modo de trabalhar, o supervisor e os alunos participam com igualdade de condições na discussão sobre as alternativas terapêuticas num caso clínico, com direito de concordar e de discordar, desde que se justifique a posição. A supervisão é a atividade onde mais se aprende, caso nos dermos ao trabalho de constatar que quando fazemos uma sugestão ao aluno e discutimos com ele, deve ser um argumento muito forte. Se não for, por que não aceitar outro? Então, todo mundo é obrigado a refletir, inclusive o supervisor que dará a última palavra. A medida que se faz a supervisão dessa forma, não existe esse super do supervisor.

“Um olho nas costas pode

O psicanalista Fábio Herrmann, atual presidente da Federação Psicanalítica da América Latina (FEPAL) e autor de “Andaimes do Real: o método da Psicanálise” (Volume I, Editora Pedagógica e Universitária, 1979) e “Andaimes do Real: o cotidiano” (Volume II, Edições Vértice, 1985), nunca utiliza a sala de espelho, ou qualquer outro recurso deste gênero, e argumenta que, entre outros motivos, tal recurso é um impeditivo no desenvolvimento de uma relação terapêutica.

“Como vê o uso da sala de espelho na formação de terapeutas?”

Fábio Herrmann — Eu nunca trabalhei com, mas já atendi em uma sala de espelho. Isso aconteceu com meu primeiro paciente em psicoterapia. Tratava-se de uma instituição que tinha salas de espelho. Eu só a usava porque era a única disponível e, claro, havíamos

combinado a observação a obs

O que si paciente a te dele? I era de lá. Para mim ro, experimento psi quele tem te catatôn entendo q tar de alg no espelho lado errad costas do enxergar. posso ver: e o que “ó E a priv tica, nesse ber observ sejável de observado Parece :

dos do espelho

om sala de espelho: Rachel Kerbauy, Fábio Herrmann.

por supervisores na formação de alunos-terapeutas. Na opinião destes recurso economicamente barato que permite o acompanhamento tendido. A justificativa é feita, sobretudo, em termos de garantir a Como nem todos os supervisores concordam com esse ponto de vista, e desse tipo de procedimento. Fomos entrevistar, em separado, dois 1 opiniões bem diferentes: Rachel Rodrigues Kerbauy, tute de Psicologia da USP; Fábio Herrmann, psicanalista, dade Brasileira de Psicanálise de São Paulo.

Neide Sierra



nas costas do sujeito, lá onde ele não pode enxergar”.

o Herrmann, a Federação América Lati- ator de “An- o método da ume I, Edito- universitária, al: o cotidia- értice, 1985), elho, ou qual- gênero, e ar- motivos, tal o desenvolvi- apêutica.

a de espelho das?

nunca traba- uma sala de om meu pri- rapia. Trata- je tinha salas porque era a o, havíamos

combinado que era absolutamente proibida a observação de terceiros.

O que significaria exatamente para o paciente aquele espelho enorme à frente dele? Devia ser incômodo, pois ele era de lá e conhecia salas de espelho. Para mim, aprendiz de 20 anos, imaturo, experimentando o primeiro atendimento psicológico, era horrível. Naquele tempo, apenas fiquei ligeiramente catatônico. Hoje, olhando para trás, entendo que o problema não era suspeitar de alguém espionando, mas sentir no espelho a representação concreta do lado errado da supervisão: um olho nas costas do sujeito, lá onde ele não pode enxergar. Algo que reflete tudo que não posso ver: a diferença entre o que faço e o que “deveria fazer”.

E a privacidade da situação terapêutica, nesse caso? Mais grave que se saber observado, o que já altera o jogo desejável de subjetividades, é estar sendo observado, sem o saber.

Parece ser claro que não sou a favor

do uso da sala de espelho no trabalho terapêutico de cunho interpretativo. Estou me referindo a uma gama ampla de psicoterapias (chamadas “psicodinâmicas”) que não se limita à psicanálise, mas a inclui como uma espécie de paradigma. Neste tipo de psicoterapia há um diálogo em que o terapeuta tenta fazer surgir os sentidos emocionais possíveis do dito do cliente, numa ampliação de possíveis.

Fidelidade não é transcrição

“Sendo contra o uso da sala de espelho, o que impede a utilização dela de modo eficaz na supervisão?”

Fábio — Na condição de antigo supervisionado e atual supervisor, parece-

me fundamental assegurar ao terapeuta a responsabilidade pela transmissão livre do que se está passando. O supervisionando deve ter a liberdade de recriar o material bruto com o qual se defronta. Minha verdade é a verdade da minha elaboração, ou seja, a verdade que vai ser supervisionada não representa necessariamente um mero elenco de fatos.

Num artigo de 1912, “Conselhos aos médicos que praticam a psicoterapia”, Freud diz que a tentativa de tomar notas exaustivas de uma sessão, para com isso assegurar a fidelidade factual das sessões — da qual temos “maravilhas” na Psiquiatria moderna, diz ele mais ou menos — é absolutamente ineficaz no caso da psicoterapia analítica. Fidelidade não é transcrição. Nesse sentido, o uso de gravadores, salas de espelho, video-tapes e todos os tipos de scanners têm pouca ou nenhuma utilidade.

“E o que pode significar o uso dessa parafernália tecnológica num contexto psicoterápico?”

Fábio — Diria que esse uso resulta num retrocesso quando se procura equiparar a psicoterapia com a linha de produção industrial. A experiência da supervisão psicoterápica deve ser radicalmente diferente da supervisão de produção numa fábrica. Nesta há um controle de qualidade que consiste em tomar por amostragem um certo número de parafusos, por exemplo, e verificar se estão seguindo os parâmetros de produção exigidos. Entendo a psicanálise e as psicoterapias interpretativas como uma ruptura com essa praxe moderna do controle de qualidade.

Um retorno do reprimido

Na aparência, a psicanálise é produto do fim do século passado e, portanto, nasceu antes da revolução tecnológica, da informática etc. Como a psicanálise não lida com a materialidade da verdade, mas com a criação de possíveis sentidos que vão desvelar a verdade, ela pode ser considerada um dos paradigmas da ciência contemporânea. Ao trabalhar com esse reino dos possíveis, lida com o resultado último da desmaterialização do mundo contemporâneo, que estamos vivendo desde a 2ª Guerra Mundial, pelo menos.

Considerando que as psicoterapias interpretativas conquistaram hoje um grande espaço no diálogo humano, o uso da parafernália tecnológica nessa prática revela um aspecto sintomático. Trata-se de uma espécie de retorno do reprimido, ou seja, o retorno daquilo que o diálogo psicoterápico colocou de lado, como se dessa maneira se realizasse uma revanche da tecnologia, no desejo de materializar os resultados do processo psicoterápico.

“Como seria, a seu ver, o enfoque da supervisão, considerando que se trata de um situação híbrida para o supervisionando que está numa tarefa terapêutica e, simultaneamente, está numa condição de aprendizagem?”

Fábio — Pensaria a formação, a educação, como se fora uma companhia no caminho de ser terapeuta. E terapeuta é também uma espécie de acompanhante em viagem perigosa. Nas epopeias homéricas, existe a figura de the-

rapon. Este é um sujeito do mesmo ranking que o herói. Na “Iliada”, Pátroclo é o therapon de Aquiles. É um igual que vai viajar com Aquiles e o serve. Não o serve como escravo, mas como companheiro, para que cumpra melhor sua missão, descubra melhor seu próprio papel.

Suponho que o substantivo therapon tenha raiz comum com o verbo therapain, do qual vem o nome terapeuta: que é quem presta cuidados a alguém. O que isso tem a ver com a nossa sala de espelho para o papel educativo da supervisão? Tem tudo a ver. Educar é mais ou menos equivalente a conduzir para alguma coisa. Eu acrescentaria à imagem homérica que, numa supervisão, queremos conduzir alguém para que seja uma espécie de acompanhante, de therapon, que vai estar junto ao paciente servindo-o em sua arriscadíssima viagem: a viagem da descoberta de si mesmo.

O terapeuta deve ser educado para a independência porque vai ser um acompanhante para a conquista da independência do paciente. O terapeuta vai enfrentar os riscos, sobretudo o de estar sozinho com o paciente. Também pode assumir demasiado o lugar do outro, como aconteceu com Pátroclo. Num certo momento da “Iliada”, Pátroclo veste as armas de Aquiles e é morto, porque tanto se deixa enlevar pelas armas emprestadas, que se comporta como se fosse o próprio Aquiles. Quem sabe, temos aí um conselho sensato, alguma moral da história...

“Há um trocadilho muito veiculado sobre o super-olho do supervisor. Qual é a sua opinião?”

Fábio — O termo supervisão pegou entre nós. Em francês, fala-se em controle. Este é pior ainda, porque dá a impressão de ser cabresto. O termo supervisão é bom, como qualquer outro, desde que a prática não se restrinja a ser uma espécie de super-olho vigiando constantemente o que o outro faz e deixa de fazer. O supervisor não quer estar por cima do supervisionando e, portanto, a última coisa que eu gostaria de fazer como supervisor é vigiar meus supervisionandos, através de um espelho unidirecional, olhando-os por cima, como um super-ego sádico.

O erro e a mentira necessários

O iniciante, assim como o analista experimentado, deve lidar com o espaço do erro e da mentira. Assumir a liberdade de se enganar e de enganar o supervisor; e este também assumir a liberdade de descobrir que o outro se enganou ou o enganou. Só há a verdade onde pode haver a mentira. É preciso existir espaço para falsificação consciente-inconsciente para ocorrer tal duelo de desejos. Por essa razão escrevi, na introdução do segundo volume de “Andaimes do Real”, sobre a mentira e o erro necessário. Na verdade, é o elogio do erro, esse espaço no qual se pode errar, no duplo sentido do termo: andar sem rumo, como quem erra pelo meio do mato; fazer uma coisa equivocada para depois poder descobrir um caminho melhor.

Enfim, quando o supervisor está muito “colado” a seu supervisionando, não permite o erro, mas também não permite o acerto: não possibilita a formação da identidade de terapeuta.

QUEM PERDE A VAGA?

Desde o ano de 1980, a Comissão de Educação — composta pelos Conselheiros Carlos Ladeira do CRP-06, Yvonne Khouri e Sérgio Leite do CFP, junto com o Sindicato dos Psicólogos do Estado de São Paulo — vem implementando um movimento de defesa pela reintrodução da disciplina Psicologia no ensino do 2º grau, que foi excluída do currículo obrigatório com a decretação da Lei Federal nº 5692/71.

A simples inserção da disciplina nas grades curriculares não bastaria para garantir a qualidade do ensino. Assim, a partir de 1984, a Comissão de Educação passou a lutar contra os entraves burocráticos colocados pelo MEC, que dificultavam a participação do licenciado em Psicologia nas atividades docentes do 2º grau.

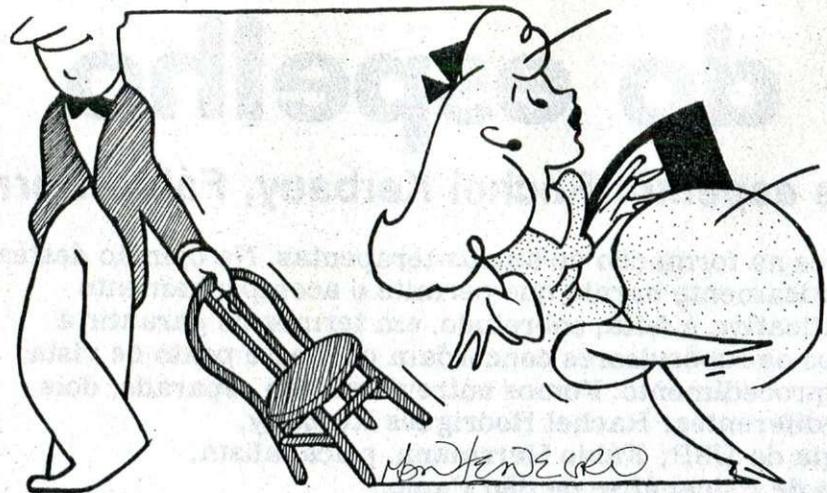
Depois, em 1985, a Comissão de Educação formou uma equipe única com psicólogos da CENP (Coordenadoria de Normas e Estudos Pedagógicos — Órgão da Secretaria de Educação). Do trabalho empreendido em conjunto resultaram duas importantes conquistas: a elaboração de uma proposta de conteúdo programático para o ensino da disciplina; e a determinação da Portaria do MEC nº 035/85 que reconhece a habilitação do licen-

ciado para lecionar Psicologia em todos os seus ramos.

Atualmente, atravessa-se uma fase de avaliação da proposta de programa de ensino já colocada em prática nas salas de aula. Todavia, um fato novo surgiu desencadeando, mais uma vez, a necessidade de mobilização: os professores de Psicologia estão sendo prejudicados no direito de ampliar seus espaços de docência.

Sérgio Leite, Conselheiro da Comissão de Educação, relata como o problema se desenrolou: "no dia 27 de julho deste ano, o Diário Oficial publicou a Instrução nº 11/87 do DRHU (Departamento de Recursos Humanos da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo), regulamentando os critérios para o Concurso de Remoção — realizado usualmente para propiciar mudanças de locais de trabalho entre os docentes.

As diretrizes estabelecidas em tal Instrução indicavam que, para composição das vagas, deveriam ser agrupadas as horas/aulas, cujos conteúdos guardem relação de semelhança. Isso significa: as escolas que oferecem tanto Psicologia no 2º grau, quanto disciplinas afins no curso de Magistério, teriam de somar as cargas horárias respectivas para compor uma vaga a partir do mínimo de dezoito horas



semanais. Com a adição, a implicação lógica era que se elevaria o número de vagas para o cargo de professor efetivo.

No entanto, no edital publicado pelo Diário Oficial de 03 de outubro último — onde consta o número de cargos efetivos disponíveis ao Concurso de Remoção — não se verifica o esperado aumento das vagas em pelo menos metade das escolas que mantêm o ensino de Psicologia no 2º grau e também no Magistério.

O que aconteceu? Comparando-se o total de horas/aulas existentes nas escolas antes da Instrução, ao total apresentado depois, nota-se que não foram agrupadas as cargas horárias das disciplinas afins; e, portanto, houve descumprimento das normas do DRHU em cerca de 50% das escolas."

A decorrência da desobediência ao regulamento é: os professores efetivos foram impedidos de se transferir; e os concursados — que aguardam colocação desde 1986 — perderam a oportunidade de obter sua vaga. Face aos prejuízos constatados, o CRP-06 enviou ofício ao DRHU solicitando providências no sentido de identificar e sanar as irregularidades.

Além disso, a Comissão de Educação, junto com a Assessoria Jurídica do CRP-06, analisou a questão no âmbito da Lei e, conforme o parecer obtido, o docente pode ainda tentar recuperar o seu direito impetrando mandado de segurança contra a direção da escola que o leu. Os interessados que necessitarem de maiores esclarecimentos sobre o assunto, deverão procurar a Comissão de Educação no CRP-06.



Agenda

01.09.87 — As Conselheiras Maralúcia Arenque Ambrósio e Bronia Liebesny estiveram em reunião, no CRP-06, com os Professores de Ética das faculdades de Mogi das Cruzes, Guarulhos e Capital.

OUT./NOV. — Os Conselheiros Oscar Armani Filho e Sonia Regina Jubeline estiveram na ASSES, participando das reuniões semanais para preparação do II Congresso Nacional dos Trabalhadores de Saúde Mental.

14.10.87 — Os Conselheiros Carlos Rodrigues Ladeira, Aicil Franco e Maria Rosejane Oliveira estiveram no CRP-06 em reunião com os Supervisores de Estágios, Coordenadores de Área, Diretores de Clínicas-Escola e representantes de alunos para encaminhar proposta de discussão da Comissão de Supervisão.

20.10.87 — As Conselheiras Aicil Franco e Maria Rosejane Oliveira estiveram em reunião, no CRP-06, com Supervisores de Estágio, para dar prosseguimento às atividades da Comissão de Supervisão.

21.10.87 — A Conselheira Sonia Regina Jubeline esteve no Hospital Emílio Ribas participando de Debate sobre Aids.

06.11.87 — A Conselheira-presidente Marlene Guirado esteve presente no XIV Encontro Anual de Psicologia de Assis, participando da mesa-redonda "25 Anos de Profissão" e proferindo palestra sobre Psicologia Institucional.

07.11.87 — A Conselheira Sonia Regina Jubeline esteve na Faculdade de Medicina da USP, participando do Encontro Estadual para Preparação do II Congresso Nacional dos Trabalhadores de Saúde Mental.



Anote

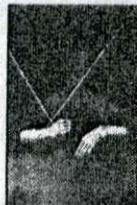
Estão abertas as inscrições para os cursos de especialização de Psicologia Clínica Preventiva, nas seguintes áreas: Psicoterapia da Família, Psicoterapia breve e Psicologia institucional, incluindo a realização de estágios práticos e supervisão em pequenos grupos. Maiores informações podem ser obtidas pelos telefones 813.7680 e 66.1296, em São Paulo.

Será iniciado em 20 de janeiro de 1988, o Grupo de Estudo, sobre os livros "Jung e a Interpretação dos Sonhos — Manual de Teoria e Prática", de James Hall e "O Encontro Analítico — Transferência e Relacionamento Humano", de Mario Jacoby. A coordenadora do grupo é Bernadete Pacheco. Os interessados deverão procurar o endereço: Rua Deputado Joaquim Libânio, 237; ou o telefone 572.6950.

A Sociedade Brasileira de Psicologia Analítica abrirá inscrições para o Curso de Formação de Analistas nos meses de fevereiro e março de 1988. Os interessados deverão dirigir-se à Sede da SBPA na Rua Livramento, 133 — São Paulo. Maiores informações pelos telefones 884.4180 e 884.0344.

Promovidos pelo GRASP — Grupo de Atividades e Supervisão em Psicologia — serão realizados em janeiro de 1988 os seguintes cursos de férias: Psicomotricidade para Educadores, Conhecendo o Excepcional, Ludoterapia, Técnicas de Relaxamento e Autopercepção e Estimulação Integral da Criança de 0 a 2 anos. Informações e inscrições à Rua Borges Lagoa, 1231 — conjunto 101, telefone 544.1413, Vila Clementino, São Paulo.

LANÇAMENTOS:



VIAGENS EXTRAORDINÁRIAS PELA TRANS-LACANIA, de François Perrier. O gênio contemporâneo da Psicanálise, Jacques Lacan, é exposto inteiramente nu e de corpo inteiro. O autor do retrato é Perrier, um de seus discípulos dissidentes, que

usa uma linguagem saturada de humor para voltar ao tempo e vasculhar todos os recantos do reino de Lacan, expondo-nos o homem por trás do mito. Obra instigante e polêmica.

O COMPROVANTE DA FALTA, de Oscar Masotta

Reunião de palestras proferidas pelo autor; este livro introduz o leitor nos conceitos fundamentais da teoria psicanalítica tomando por base a leitura que Lacan fez da obra de Freud.



A SAIR: NOVEMBRO/DEZEMBRO

POR QUE ADOECEMOS? A HISTÓRIA QUE SE OCULTA NO CORPO, de Luís Chiozza.
O INCONSCIENTE E SEU ESCRIBA, de Moustapha Safouan.
AUTISMO INFANTIL, de Marion Leboyer.
O HOMEM E SEU ESPAÇO VIVIDO, de Gisela Pankov.
ACOMPANHANTES TERAPÊUTICOS E PACIENTES PSICÓTICOS, de Suzana K. Maurer e Silvia Resnizky.

PAPIRUS — EDITORA LIVRARIA

Nas livrarias ou pelo reembolso postal
Solicite catálogos: Caixa Postal 736
Rua Sacramento, 202, CEP-13.013.
Campinas, E.S.P.

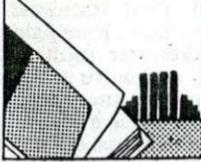
CAIXAS DE LUDO E MATERIAL PEDAGÓGICO EM MADEIRA

Produzimos vários modelos, com pronta entrega. Varejo e atacado. Associação Criança — fone 456-6155, Diadema.

Quando pensar em comprar FREUD, em português (24 volumes), ou em espanhol (3 volumes), anote este telefone: (011) 255.5777, ramal 8396, com Renato. Está em promoção, em até quatro vezes.

— Manual de Psiquiatria, de Henri-Ey, por Cz\$ 1.980,00
— Manual de Psiquiatria Infantil, de Ajuriaguerra, por Cz\$ 1.980,00
— Compêndio de Psiquiatria Dinâmica, de Kaplan e Sadok, por Cz\$ 2.380,00.
Pedidos com Renato, fone (011) 255.5777, ramal 8396.

Resenha



O livro **Homem Mulher** — abordagens sociais e psicanalíticas (Editora Taurus, Rio de Janeiro, 128 p., 1987) é fruto do dese-

jo da mulher Carmem (Da Poian), organizadora:

...que a reunião dos textos que aí segue seja útil e acessível a leitores das mais variadas áreas, dentro do nosso contexto social, onde o encontro Homem-Mulher aparece como algo cada vez mais raro. Para isso pedi a amigos — psicanalistas e sociólogos — que colocassem no papel algo sobre o tema, a partir de suas óticas teóricas mas também, e sobretudo, a partir de suas experiências particulares. Experiências essas situadas, todas, dentro de uma classe social específica e de um momento histórico determinado...

Versando e reversando nos situa: circunstancia e data o desejo na experiência.

...homens e mulheres não amam e não desejam da mesma forma... É daí que partimos nós, psicanalistas, para pensar essa questão, sem que possamos esquecer em nenhum momento, o não psicanalítico aí incluído, pois esses fantasmas, (fantasias subjacentes aos comportamentos biológicos e sociais) condicionados pelo inconsciente parental e situados no contexto global de uma ideologia dominante, é que determinam o papel e as imagens de cada sexo em cada etapa histórica. E, como toda ciência, creio que a Psicanálise deve remanejar seus conceitos e repensá-los em função da história...

Assim essa coletânea: o atemporal, errante inconsciente se enformando masculino-feminino no desejo que se adorna com data e contexto no homem-mulher.

Reflexões/vidas de homens/mulheres.

Na coletânea, Elsa-Wilson (Chebabi) oferecem "De Mulher e de Homem: Imagens e Variações". Psicanalistas, trazem no verso o reverso:

...a finalidade do engano não é enganar, é revelar a falsidade da certeza...

No verso — reverso, homem-mulher as imagens e variações do universal psicanalítico:

...mulher namora seu corpo, o adorna e quando não, entristece. Mulher se engana acreditando que pode escapar do engano abandonando o adorno. Mulher tem um órgão sexual chamado engano... E o homem?... Frente ao espelho que é o corpo do homem, a mulher namora o adorno que é o engano... É essa ilusão que apavora o homem e é o pavor do homem que apavora a

"Cante lá, que eu canto cá"

Melany Schwartz Copit



mulher... O gozo do homem é o porto da mulher e o gozo da mulher o sumidouro em que o homem se afoga. É nas águas em que se afoga o homem que a possessão da mulher apaga o fogo que ela acendeu...

No verso do reverso, o social com tempo e lugar: "Identidade Masculino-Feminino na Sociedade Brasileira Atual: Crise nas Representações" de Madel T. Luz. Seu desejo?

...a superação do impasse atual não passa por modelos teóricos, mas pelas práticas novas que tanto homem como mulher ousem enfrentar. Com isto estaremos não só assegurando a sobrevivência das relações homem-mulher na sociedade futura, como criando novas estruturas de parentesco, possivelmente superando a estrutura de uma família monogâmica, nuclear

e estabelecendo as bases de um novo relacionar-se humano entre os sexos, mais igualitário e solidário, para uma nova sociedade...

De onde parte?

...a divisão "montada", politicamente construída pelo patriarcalismo herdado pelas sociedades industriais deu origem a um conjunto de representações sociais sobre Masculino e Feminino... a atribuição ao homem do controle "público" (participação nas decisões da sociedade política, na gestão da cultura e do trabalho) e à mulher, do controle do "privado" (gestão do lar, manipulação do corpo e da mente da prole através da educação, manipulação do afeto e do marido... (contudo) não só a educação é uma função objetivamente pública, mesmo que se exerça no domínio privado do lar como o homem

mantém e amplia sua função pública de representante do Estado (mantendo a Ordem) dentro do lar...

Quando chega?

...Na persistência das representações Masculino / Feminino, apesar das transformações na estrutura produtiva e no acesso das mulheres ao domínio público. Resistência e crise nas representações, apesar de sua continuidade...

Sua rima?

...O movimento das mulheres, em suas diversas correntes, faz parte desses movimentos que criam "desde já" as condições para a mudança da sociedade num aspecto fundamental: o das relações entre os sexos, de homem-mulher, do casal com sua prole, o das representações de feminino-masculino...

Afina o coro das mulheres:

... "houve uma saída das mulheres para o mundo do trabalho, mas não houve uma "interiorização" dos homens. Assim não dá. Não queremos uma inversão dos papéis. Apenas a partilha. No entanto, as coisas do lar, o cuidado com os filhos continuam a ser desabonadas como coisas femininas..."

E o lamento rompe a estrofe

...mas atrás de "não assumir" as tarefas caseiras e o cuidado com os filhos que se atribui aos homens (para "equilibrar a situação") o que no fundo as mulheres acusam sem denunciar de fato é uma situação sentida de abandono ("deixam tudo na nossa mão"...) e uma situação vivida de desvantagem social (... e vão para a rua. Ora, eu também quero ir para a rua"...)

E nesse impasse, Madel insinua uma possibilidade de interpretação psicanalítica, sem cessar de entoar seu verso.

Cante lá, que eu canto cá, com o som psicanalítico. Esse impasse não teria o toque de um adorno da mulher de hoje? (Eu perguntaria a Madel). Essa mulher não estaria se "enganando", identificando igualdade social à simetria sexual?

Verso-reverso. Verso no Reverso. Reverso sem Verso. Os demais escritos. "Mulher: Reflexões psicopolíticas" (Cristina Ranter); "Masculino-Feminino" (Herbert de Souza); "Adão Lilith Eva" (Ivan Ribeiro); "Freud e o Feminino: considerações" (João Batista Ferreira); "Gênero, sexualidade e sexo: três dimensões da diferenciação sexual" (José Augusto Guilhon de Albuquerque). "Da sedução entre os homens e as mulheres: uma abordagem lacaniana" (Marie Claire Boons); "Não lugar da mulher" (René Major); "Glenn Miller Story — uma imagem de relação homem-mulher" (Zelita Seabra). Leiam! Vale!

Melany Schwartz Copit é psicanalista e docente do Instituto de Psicologia da USP.

Um melhor atendimento aos psicólogos

No dia 11 de novembro último, o CRP-06 realizou o seu primeiro treinamento de pessoal no Hotel Ibirapuera Park, onde reuniram-se todos os funcionários da Sede e Delegacias. O evento teve a coordenação da Diretoria do Conselho, contando com as presenças de Marlene Guirado, conselheira-presidente; Adalberto Bolleta de Oliveira, conselheiro vice-presidente; Sueli Duarte Pacífico, conselheira-secretária; e Nanci Bühner, conselheira-tesoureira.

A proposta de treinamento nasceu dos próprios funcionários na sede, durante o processo de implantação do programa de Avaliação de

Desempenho, quando cada setor do Conselho estabeleceu seus objetivos de trabalho para ser cumprido num determinado prazo. O pessoal da área técnica escolheu como meta a melhoria do atendimento oferecido aos psicólogos. Para se atingir tal propósito, perceberam que seria necessário criar uma discussão que aprofundasse as informações sobre a natureza da atuação da entidade e também sobre quais são as diretrizes que norteiam as ações da atual gestão.

Foi nesta perspectiva que se partiu para a organização do evento. A programação desenvolveu-se no período de oito horas, tendo início com uma palestra da conselheira-

secretária, Sueli Duarte Pacífico, que relatou o histórico da Psicologia no Brasil. Depois, os funcionários assistiram à apresentação do vídeo "Psicologia, Imagens, Ações", que foi seguido de um debate sobre o papel do psicólogo enquanto profissional de saúde.

Numa segunda etapa das atividades, os participantes trabalharam em grupos, tendo como tema de discussão o CRP e sua função. Logo após, os funcionários narraram a síntese de suas reflexões e os conselheiros apresentaram os planos da atual gestão, expondo a sua principal preocupação, que é a divulgação do trabalho do psicólogo junto à população.

A Avaliação do treinamento foi bastante positiva. Os resultados superaram as expectativas e os participantes interpretaram a oportunidade, também, como um momento de integração. Das propostas retiradas ao final dos debates, ficou claro que este foi um primeiro passo em direção ao aperfeiçoamento da qualidade dos serviços prestados à categoria. Já está previsto para breve mais um trabalho específico com as recepcionistas. Além disso, os funcionários decidiram utilizar o espaço de suas reuniões quinzenais para aprofundar o conhecimento sobre as Comissões que atuam no CRP-06.

Palavra Aberta



Marco Bellocchio faz do seu olhar sobre a tríade paixão-psicanálise-loucura um filme: "Diabo no Corpo". Os personagens que originam a trama são: Andrea, um jovem estudante; Giulia, uma moça desequilibrada e noiva de um terrorista preso; e o Prof. Raimondi, um psicanalista que é também o pai de Andrea.

Antes de entrar no enredo, é interessante dar uma tomada do plano geral. O "Diabo no Corpo" remete-se, por várias vias, ao "La Luna" de Bertolucci. É na verdade um filme-resposta. A temática central de ambos é o mito do Édipo. O "La Luna" mostra a própria estruturação edípica, onde a relação recíproca de desejo entre mãe e filho se completa no incesto realizado. Em "Diabo no Corpo" vemos um adolescente, com o seu Édipo resolvido, apaixonar-se e viver uma intensa relação afetiva e sexual que, no entanto, desencadeia um movimento geral repressivo em seu meio. É principalmente o pai do adolescente que, revisitando seu próprio Édipo, se colocará em uma constelação conflitiva: proibir o desejo do filho e ao mesmo tempo ser assaltado por seu próprio desejo pela mulher do filho. É um complexo de Laio — forjado pelo ciúme e pelo desejo — e resolvido repressivamente. Em "La Luna" são os conflitos levando ao êxtase, em "Diabo no Corpo" é o êxtase convulsionando e conduzindo a conflitos.

A história em si se caracteriza pela paixão — um envolvimento forte que se inicia exatamente na primeira cena do filme: Andrea olha pela janela uma negra que tenta o suicídio. Do outro lado, Giulia olha a mesma imagem... então, os olhares se encontram.

A paixão de Andrea e Giulia faz o diabo: Andrea rompe com o controle paterno e floresce. Giulia, apresentada inicialmente como louca, mergulha nesta paixão e vai resolvendo sua "patologia". Pode-se dizer que a loucura, subjacente em Giulia, representa a convulsão provocada pela emergência da sexualidade na adolescência. Ao percorrerem a trajetória da paixão, eles conquistam o domínio do que é a sexualidade dentro de si. A loucura cessa com a adolescência resolvida.

Muitos elementos no filme permitem esta leitura, mas a passagem fica bem clara na última sequência, quando Giulia — depois de romper seu noivado — vai assistir

O sexo é o diabo!

Lazslo Antonio Ávila



Ficha Técnica

"Diavolo in Corpo" ("Diabo no Corpo") é um filme dirigido por Marco Bellocchio, estrelado por Maruschka Detmers (Giulia); Federico Pizzalis (Andrea) e Alberto Di Stasio (Prof. Raimondi). A produção é de Leo Pescarolo e foi realizada em 1986.

Andrea prestar exame final no colégio. Ele lê e comenta um trecho em grego clássico de "Antígona" (outra referência ao mito do Édipo). Ela o contempla emocionada... A cena constrói a metáfora óbvia do exame como ritual de ingresso na vida adulta.

É a partir da questão do domínio da sexualidade que cabe no enredo o psicanalista. No entanto, este personagem é tão mal caracterizado

que a figura perde seu sentido em meio ao patetismo. O episódio marcante que traça a caricatura do Prof. Raimondi acontece no seu consultório: Giulia procura-o para fazer análise (antes de envolver-se com Andrea). Ela está no divã e, de repente, levanta-se nua e o seduz... Ele entra em pânico, foge correndo dela.

Certamente, uma situação de sedução tão declarada assustaria

qualquer psicanalista. Entretanto, é bem pouco provável que a reação atordoada do Prof. Raimondi ocorresse na realidade. Este psicanalista parece dominar muito mal as questões do enquadre (setting). A cena parece ter a intenção de apresentar a psicanálise e os psicanalistas como protótipos da moral sexual hipócrita. O evidente desejo do Prof. Raimondi leva-o à repressão e à perversão. Por um lado ele vai procurar interditar a relação do filho com Giulia, apelando para uma caracterização psiquiátrica da moça (chegando inclusive a se comunicar com a futura sogra de Giulia). De outro lado se propõe a psicanalisá-la, como se seu ouvido fosse substituir seu sexo e ele pudesse, ao mesmo tempo que a afasta do filho, realizar seu desejo reprimido em relação a ela, tomando-a como paciente. Isto, obviamente, não é psicanálise.

Há, ainda, no "Diabo no Corpo" outros dois personagens para acrescentar. Embora não façam parte da tríade, eles têm uma significação relevante. São eles: Giacomo Pulcini, ex-noivo de Giulia, um terrorista arrependido que elogia a Igreja e nunca mais quer ir contra a sociedade; Sra. Pulcini, mãe de Giacomo, mulher castradora que mantém vigilância total sobre Giulia.

Agora com o enredo remontado, pode-se perceber como o relacionamento de Giulia e Andrea surge em meio à castração geral: psicanalista reprimido, revolucionário conformado... Parece até que quanto mais se desenvolve a paixão sexual do casal, mais se dessexualizam as pessoas em volta. Se é este o mundo adulto em que os adolescentes ingressaram, dá até para prever o futuro deles: Giulia e Andrea casaram-se e foram reprimidos para sempre... O filme mostra uma paixão bonita: o sexo como fogo... mas é o fogo do inferno, logo, deve ser condenado, reprimido (até pela censura brasileira) e não integrado pela pessoa e nem pela sociedade como parte constitutiva do que é humano. O título já permitia antever: o sexo é o diabo!

Agora que o "Diabo no Corpo" já é esta história lida e narrada, para finalizar, vale ressaltar uma coincidência divertida. Bellocchio, em italiano, significa belos olhos. E se observarmos bem, este seu filme é uma sucessão de olhares: a paixão inicia-se no olhar; o psicanalista desaba pelo olhar; a loucura de Giulia são seus olhos alucinados; a passagem da adolescência é Giulia olhando Andrea; o "Diabo no Corpo" olhou o "La Luna"... enfim, o cinema em si é o cultivo do olhar.

Quando cancelar sua inscrição?

Durante o segundo semestre de 87, os profissionais inscritos, que estão em débito com o CRP-06, enviaram-nos um volume significativo de cartas, para apresentar suas respostas ao processo de cobrança efetuado pela entidade a partir de agosto passado. De modo geral, o teor das correspondências é de reclamação, mas houve a predominância de uma queixa comum que nos chamou a atenção: os inscritos que não estão exercendo a profissão, consideram-se liberados do compromisso de pagamento da anuidade.

Diante de tal fato, julgamos oportuno esclarecer possíveis equívocos em relação à questão dos débitos. De acordo com a Lei Federal 5766 de 20 de dezembro de 1971, a obrigatoriedade de recolhimento das anuidades, pelo CRP, está determinada pela inscrição e não pelo efetivo exercício profissional.

Se o inscrito está temporariamente afastado das suas atividades, e por isso não quer ou não pode cumprir com o seus encargos junto ao Conselho, ele deverá cancelar sua inscrição para, desse modo, isentar-se do pagamento das anuidades.

A Resolução CFP nº 004/86 estabelece que o profissional poderá solicitar o cancelamento da sua inscrição desde que esteja quite com seus débitos no CRP e não esteja respondendo a processo ético. Depois de atender a esses dois requisitos, os interessados deverão comparecer ao Conselho, na Sede ou Delegacias, para preencher um requerimento padronizado e entregar suas credenciais (cédula ou carteira de identidade profissional).

O procedimento é simples, entretanto, é necessário observar o prazo estabelecido para a apresentação de tais solicitações. Os pedidos de cancelamento devem ser requeridos até o dia 31 de março, para que o profissional fique dispensado da anuidade de 1988. Caso o requerimento seja feito a partir de 01 de abril, o inscrito terá de pagar a anuidade proporcional relativa aos meses já decorridos no exercício.

É importante salientar que o referido cancelamento, nestas condições, não acarreta nenhum prejuízo ao profissional, na medida em que ele poderá requisitar sua reinscrição a qualquer momento, tendo ainda o direito de permanecer com o seu número de inscrição original.